

**Parecer n.º 304/2012**

**Data:** 2012.09.18

**Processo n.º 354/2012**

**Entidade consulente:** Agrupamento de Escolas Ovar Sul

## **I - Factos e pedido**

1. Paulo Jorge Braga Pessoa Seabra solicitou ao Agrupamento de Escolas Ovar Sul

*“cópia dos seguintes documentos:*

- *diploma escolar (com a respectiva data de conclusão),*
- *registo biográfico actualizado - com menção/indicação do grupo de docência do docente,*
- *documentação referente ao processo da realização da profissionalização em serviço (com identificação da Instituição de ensino onde realizou/aram a profissionalização em serviço),*  
*de todos os docentes contratados e efectivos (QE e QZP - com a indicação da progressão [anos e escalões docentes] da carreira docente e actual graduação profissional) dos grupos 430 (economia e contabilidade), e 200 (Português e Estudos Sociais/História) e Técnicas Especiais, com indicação dos respectivos nomes, que se encontram a exercer funções docentes na Escola/no Agrupamento/ em destaque e*  
*dos docentes, com indicação dos respectivos nomes, que ingressaram e progrediram na carreira docente (efectivos de QE e QZP) com um diploma escolar do ensino básico/secundário (ano de escolaridade: 5.º ano? 6.º ano? 7.º ano? 8.º ano? 9.º ano? do ensino básico - 10.º ano? 11.º ano? 12.º ano? do ensino secundário) a exercerem funções docentes na Escola/ no Agrupamento/ em destaque”.*<sup>1</sup>

2. A entidade requerida, tendo dúvidas sobre a decisão a proferir, solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

3. Relativamente a pedidos de informação sobre a profissionalização em serviço por docentes, na posse de um estabelecimento de ensino, efetuados pelo ora requerente, a CADA já se pronunciou diversas vezes, designadamente no Parecer da n.º 213/2012<sup>2</sup>, de 17 de julho de 2012, referindo o seguinte:

*“(…)*

---

<sup>1</sup> As transcrições do presente parecer respeitam a grafia original.

<sup>2</sup> Disponível em [www.cada.pt](http://www.cada.pt), tal como os adiante citados.

*Desde 2010 entraram na CADA inúmeros pedido de parecer, tendo por objeto requerimentos do requerente, dirigidos, cada um, a estabelecimento de ensino diferente, solicitando o acesso a informações respeitantes ao percurso escolar de docentes que acederam à profissionalização, motivados, segundo o requerente, com a intenção de recorrer a meios judiciais para garantir o exercício dos seus direitos na carreira de professor.*

*Foi requerido o acesso, nomeadamente, a informação sobre o ano do início do exercício da profissão docente, tempo de serviço, sistema de ensino pelo qual acederam à profissionalização, data do pedido de admissão à profissionalização, data do início da profissionalização, data da conclusão da profissionalização, ano de integração nos quadros, ano da obtenção da licenciatura com qualificação profissionalizante, grupo de docência, indicação do Diário da República do qual conste a publicação do acesso à profissionalização em serviço, área de residência, concursos que resultaram nas respetivas colocações, estabelecimentos de ensino onde exerceu funções, listas de graduação em concursos, fundamentação legal que sustentou a proposta de acesso à profissionalização, funções letivas e não letivas desempenhadas, com as respetivas avaliações profissionais e habilitações académicas de fundamentação ao desempenho dessas funções, “listas com informação dos docentes que acederam à profissionalização em serviço, com menos de 1825 dias de tempo de serviço docente, desde 1990 até à presente data, de todos os grupos de docência, nomeadamente os 1º e 7º grupos – actual grupo 430”, “listas com informação dos docentes que acederam à profissionalização em serviço, de 1990 até à presente data, com indicação dos nomes dos docentes, do tempo de serviço à data do acesso à profissionalização em serviço, das entidades escolares (que despoletaram o pedido de acesso à profissionalização em serviço) pelas quais os docentes acederam à profissionalização em serviço, dos grupos de docência em que realizaram a profissionalização em serviço”, documentação referente a concurso.*

*Os pedidos de parecer (17) deram origem aos processos números 239, 240 e 264/2010 (Parecer n.º 171/2010<sup>3</sup>) 499/2010 (Parecer n.º 326/2010), 587/2010 (Parecer n.º 371/2010), 462/2011 (Parecer n.º 331/2011), 509/2011 (Parecer n.º 325/2011), 520/2011 (Parecer n.º 329/2011), 525/2011 (Parecer n.º 382/2011), 526/2011 (Parecer n.º 361/2011), 527/2011 (Parecer n.º 383/2011), 529/2011 (Parecer n.º 384/2011), 530/2011 (Parecer n.º 374/2011), 14/2012 (Parecer n.º*

---

<sup>3</sup> Disponível em [www.cada.pt](http://www.cada.pt), tal como os adiante citados.

77/2012), 27/2012 (Parecer n.º 86/2012), 133/2012 (Parecer n.º 158/2012) e 236/2012.

No mesmo período temporal, e com o mesmo objeto, entraram na CADA diversas queixas (8) do requerente, contra estabelecimentos de ensino, as quais resultaram nos processos n.ºs 428/2011 (Parecer n.º 338/2011), 61/2012 (Parecer n.º 119/2012), 96/2012 (Parecer n.º 143/2012), 135/2012 (Parecer n.º 145/2012), 136/2012 (Parecer n.º 175/2012), 176, 177, 178 e 253/2012.

Os pareceres já emitidos foram no sentido de que deveriam ser facultadas ao requerente as informações solicitadas.

O Parecer n.º 145/2012 (no mesmo sentido os Pareceres n.ºs 119 e 143/2012) referiu o seguinte: “O requerente solicitou uma multiplicidade de informações. Desconhece-se a quantidade de documentos envolvidos e a disponibilidade de recursos da entidade requerida para o cumprimento do solicitado.

Ressalva-se, todavia, a hipótese de, nos termos do nº 4 do artigo 14º, e caso o volume ou a complexidade da informação o justifiquem, o prazo legal para a entidade requerida satisfazer o pretendido pelo requerente poder ser prorrogado, até ao máximo de dois meses.

Caso assim aconteça, deve o requerente ser informado desse facto, com indicação dos respetivos fundamentos, no prazo máximo de 10 dias.”

Conforme informação prestada à CADA pelas entidades requeridas, o acesso à informação requerida foi facultado nas situações a que respeitam os Pareceres da CADA n.ºs 171, 326 e 371/2010, n.ºs 331, 325, 329, 382, 361, 383, 384 e 374/2011 e n.ºs 77, 86, 119, 143, 145 e 158/2012.

(...)”.

4. Para além dos *supra* mencionados, deram entrada na CADA outros 17 (dezassete) pedidos de parecer e queixas relacionados com o acesso, pelo ora requerente, a informação sobre a profissionalização em serviço por docentes (Processos n.ºs 225, 266, 272, 289, 293, 305, 306, 307, 308, 312, 313, 323, 325, 327, 330, 331 e 333/2012).

## **II - Apreciação jurídica**

1. De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), as entidades a quem tiver sido dirigido requerimento de

acesso a documentos administrativos podem expor à CADA dúvidas que tenham sobre a decisão a proferir, a fim de esta entidade emitir parecer.

Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.

2. O acesso livre e generalizado aos documentos administrativos constitui um princípio geral da LADA (artigo 5.º): *“[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo”*.

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão de 31 de agosto de 2011 do Supremo Tribunal Administrativo (STA) (Processo n.º 0758/11), *“[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”*.

Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação ou fundamentação.

No entanto, a LADA identifica, algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5 do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham *“segredos de empresa”* (n.º 6 do artigo 6.º);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à

imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado<sup>4</sup>.

3. Considera-se nominativo o documento administrativo que contenha, *“acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada”* (alínea b), n.º 1, artigo 3.º). São de classificar como documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

Nesta mesma perspetiva, dando a palavra ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em 28 de Setembro de 2011, em decisão proferida no Proc. n.º 22/09.6 – IV – e), e citando o Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 31 de Maio de 2006 *«o que se pretende abranger e tutelar é apenas “o núcleo duro da vida privada” e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas»*.

Estes documentos são comunicados ao titular da informação neles vertida e a um terceiro se este estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse direto, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade (artigo 6.º, n.º 5).

4. Considerando que a entidade consulente se encontra sujeita à LADA (alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º) cumpre apreciar a questão que deu origem ao presente pedido de parecer.
5. Está em causa o acesso a informação (nome, diploma escolar, registo biográfico, informação sobre progressão na carreira e processo de profissionalização em serviço) respeitante a docentes contratados e efetivos, em dois grupos, a exercer funções na entidade requerida e em destacamento.

O requerente solicitou ainda o acesso à informação sobre docentes, contratados e efetivos *“com indicação dos respectivos nomes, que ingressaram e progrediram na carreira docente (efetivos de QE e QZP) com um diploma escolar do ensino básico/secundário (ano de escolaridade: 5.º ano? 6.º ano? 7.º ano? 8.º ano? 9.º ano? do ensino básico - 10.º ano? 11.º ano? 12.º ano? do ensino secundário) a exercerem funções docentes na Escola/ no Agrupamento/ em destacamento.”*

---

<sup>4</sup> J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

Trata-se de informação de carácter profissional, relacionada com a atividade de docentes, não entrando na reserva da sua intimidade, constituindo, assim, nos termos da LADA, informação não nominativa, de acesso livre e irrestrito, à qual todos podem aceder sem necessidade de justificar ou fundamentar o pedido.

A CADA, no Parecer n.º 27/2012, pronunciando-se acerca do acesso a informação relativa ao percurso escolar de docentes afirmou que *“nem o nome nem a demais informação pretendida e/ou prestada (tempo de serviço, antes e após a profissionalização, habilitações e classificações académicas e profissionais) constituem elementos de carácter reservado; o nome, o tempo de serviço e as habilitações/classificações académicas são dados de conhecimento objectivo e, portanto, de acesso generalizado e livre (...)”*.

Aliás, neste sentido aponta o Acórdão proferido, em 20 de Maio de 2010, pelo Tribunal Central Administrativo Sul (Processo n.º 06190/10), em que se refere, designadamente, que:

*“[I]ntegram documentos nominativos as apreciações, juízos de valor e informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada.*

*Mas não integram informação nominativa as apreciações, juízos de valor e informações funcionais, porque referentes ao exercício de funções públicas e não à reserva da intimidade da vida privada. Assim, não integra informação nominativa o documento do qual conste, acerca de pessoa singular, apreciação, juízo de valor ou informação não abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada (alínea b do n.º 1 do artigo 3º).*

*E, como bem refere o Mº Pº, o mesmo sucede nas apreciações e juízos de valor emitidos no percurso escolar dos alunos ou no quadro dos processos de contratação pública ou quando se refere que certo funcionário faltou ao serviço durante x dias, quando cumpriu ou não cumpriu certas obrigações legais.*

*Assim sendo, muito menos se poderão ter por excluídas do arquivo aberto informações que constarão do relatório em causa nos autos, relativas ao cumprimento de obrigações legais, por parte de institutos públicos.”*

Também o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 21 de Setembro de 2010 (Processo 0562/10), considera a este respeito o seguinte:

*“[N]ão existe nos autos qualquer elemento que aponte para a existência, no relatório em causa, de qualquer apreciação, juízo de valor ou informação sobre a vida privada de qualquer pessoa singular, antes resultando claramente que as apreciações existentes se reportam ao grau de cumprimento das recomendações*

*efectuadas às entidades auditadas (...), pelo que consubstanciam informações funcionais, porque referentes ao exercício de funções públicas e não à reserva da intimidade da vida privada dos dirigentes ou trabalhadores dos institutos em causa.”*

Também o Regulamento (CE) n.º 1049/2001, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, respeitante ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, consagra solução idêntica: nele apenas se restringe expressamente o acesso aos documentos cuja divulgação possa prejudicar a proteção “da vida privada e a integridade do indivíduo” (alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento).

Uma eventual limitação ao exercício do direito subjetivo exige uma base legal. Não basta alegar que o direito de acesso à informação tem que ceder perante outros princípios a que a Administração está vinculada.

A este propósito, considerou-se no Parecer da CADA n.º 293/2005 o seguinte:

*“Esse direito de acesso é, portanto, um direito fundamental, embora fora do catálogo<sup>5</sup>; é um direito com assento constitucional, um direito material e formalmente constitucional, isto é, um direito valorado a se, independentemente de, em concreto, interferir (ou não) com a reserva da intimidade da vida privada.*

*Neste caso, não facultar o acesso constituiria uma restrição de um direito fundamental, com a estrutura de direito, liberdade e garantia; verdadeira restrição e não um limite; amputação real do conteúdo de um direito constante de preceito constitucional directamente aplicável (artigo 18º, n.º 1, da CRP) e não mera condição do efectivo exercício pelo seu titular<sup>6</sup>.*

*Ora, tais restrições têm “carácter restritivo”<sup>7</sup> e, nos termos constitucionais, só podem operar por lei [da Assembleia da República ou por decreto-lei autorizado - cfr. artigo 165º, n.º 1, alínea b), da CRP] e nos casos expressamente previstos na Constituição (artigo 18º, n.º 2, da CRP). Mais: as restrições impostas por tal lei têm de limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos (artigo 18º, n.º 2, da CRP)<sup>8</sup>, devendo a própria lei*

---

<sup>5</sup> No sentido de não estar inserido na Parte I da Constituição, que é, como se sabe, dedicada aos Direitos Fundamentais.

<sup>6</sup> No mesmo sentido, Jorge Miranda, in *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV (*Direitos Fundamentais*), edição da Coimbra Editora, Limitada, Coimbra, 1988, páginas 271 e seguintes e 300 e seguintes.

<sup>7</sup> Para utilizar a expressão usada pelo mesmo Autor, na obra e loc. citados.

<sup>8</sup> Vigora, portanto, quanto às restrições de direitos, liberdades e garantias, o princípio da reserva de lei e o princípio da proporcionalidade ou da proibição do excesso, este na sua tripla dimensão: legítimas - e, por isso, admissíveis - só serão as restrições que se mostrem efetivamente necessárias (subprincípio da necessidade), verdadeiramente adequadas para a salvaguarda de outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos (subprincípio da adequação) e racionais, isto é, proporcionadas em relação aos fins (subprincípio da racionalidade).

*revestir carácter geral e abstracto, não podendo ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais - cfr. artigo 18º, n.º 3, da CRP. Portanto, eventuais restrições de direitos deste tipo não podem operar por acto regulamentar, como é aquela portaria.*

*Por outro lado, a Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos (artigo 266º, n.º 1, da CRP, com sublinhado nosso), estando os órgãos e agentes administrativos (...) subordinados à Constituição e à lei (artigo 266º, n.º 2, da CRP, de novo com sublinhado nosso), o que significa que o Estado<sup>9</sup> (não só o Estado-Poder, mas também o Estado-Administração) deve abster-se de comportamentos (acções ou omissões) que se traduzam em ilegítimas restrições ou compressões dos direitos, liberdades e garantias que a Constituição prevê”.*

6. O requerente solicitou um conjunto de informações relativas a docentes, que provavelmente se encontrarão dispersas, nomeadamente nos respetivos processos individuais.

*Ora, as entidades sujeitas à LADA “não têm o dever de criar ou adaptar documentos para satisfazer o pedido, nem a obrigação de fornecer extractos de documentos, caso isso envolva um esforço desproporcionado que ultrapasse a simples manipulação dos mesmos” (artigo 11.º, n.º 5).*

Se implicar tal esforço desproporcionado poderá a entidade administrativa convidar o requerente a identificar em concreto quais os documentos a que pretende aceder, tal como previsto no n.º 4 do artigo 13.º, prestando-lhe a devida assistência (n.º 5 do mesmo artigo), designadamente informando sobre a forma de organização e utilização dos seus arquivos e registos.

7. A entidade requerida pode ainda, dada a multiplicidade de documentos solicitados e se a complexidade da informação o justificar, para facultar o acesso, prorrogar o prazo de 10 dias “até ao máximo de dois meses, devendo o requerente ser informado desse facto com indicação dos respectivos fundamentos, no prazo máximo de 10 dias” (artigo 14.º, n.º 4).
8. No que respeita aos pedidos de parecer e queixas relacionados com o acesso, pelo ora requerente, a informação sobre a profissionalização em serviço por docentes, cumpre aqui referir que a “Administração não está obrigada a satisfazer pedidos

---

<sup>9</sup> Em sentido amplo, englobando outras pessoas coletivas públicas e demais entes no exercício de poderes de autoridade.



*que, face ao seu carácter repetitivo e sistemático ou ao número de documentos requeridos, sejam manifestamente abusivos” (n.º 3 do artigo 14.º).*

No sentido de considerar abusivos pedidos repetitivos e sistemáticos, relativos a uma multiplicidade de documentos, vejamos o que foi explanado no Parecer da CADA n.º 310/2009:

*“Tendo em conta os trinta pedidos que o queixoso dirigiu e mais de um milhar de documentos reproduzidos, apenas nos últimos três anos, entende a entidade requerida que deve haver lugar à aplicação do artigo 14.º, n.º 3, que refere que a “Administração não está obrigada a satisfazer pedidos que, face ao seu carácter repetitivo e sistemático ou ao número de documentos requeridos, sejam manifestamente abusivos”.*

*Para que haja lugar à aplicação do artigo 14.º, n.º 3, os pedidos de acesso têm que ser “manifestamente abusivos”. Refere o artigo 334.º do Código Civil que é “ilegítimo o exercício de um direito, quando o titular exceda manifestamente os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico do direito”.*

*Como se escreveu no Parecer n.º 116/2004 “o argumento da quantidade de documentos a reproduzir (ou a consultar) não pode servir de fundamento para impedir ou limitar de forma inaceitável o direito de acesso à informação”.*

*Compulsada a lista dos pedidos dirigidos à escola pelo queixoso e que deram lugar à apresentação de queixas à CADA, constata-se que são solicitados inúmeros documentos respeitantes a toda a actividade da escola, aos seus docentes e discentes e ao funcionamento dos respectivos órgãos.*

*Do exposto parece poder concluir-se que o queixoso ultrapassou os limites razoáveis no exercício do seu direito acesso (artigo 14.º, n.º 3), excedendo os limites a que se refere o artigo 334.º do Código Civil.*

*Na verdade com o exercício do direito de acesso deve o queixoso pretender verificar e fiscalizar como a Administração exerce as suas competências.*

*Se apenas pretende retaliar e inviabilizar ou dificultar o funcionamento da escola, como parece sustentar a entidade requerida, estaremos já no âmbito do exercício ilegítimo do direito ou seja no campo do exercício abusivo do mesmo direito.*

*A situação descrita, pese embora a atitude de a entidade requerida não ser irrepreensível, não permite, de qualquer forma, que o queixoso inviabilize ou pretenda inviabilizar o funcionamento da escola.*

*Este facto não impede novos pedidos do requerente desde que adequadamente justificados nem faculta, sem mais, à entidade requerida o indeferimento de todo e qualquer pedido de acesso efectuado pelo queixoso”.*

9. Sobre esta matéria, o citado Parecer da CADA n.º 213/2012, cuja doutrina se aplica à situação presente, referiu o seguinte:

*“(…)*

*8. Nos pedidos que tem dirigido aos estabelecimentos de ensino (que entre 2010 e 2012 deram lugar a 17 pedidos de parecer e 8 queixas dirigidos à CADA) o requerente tem alegado pretender a informação em causa para fazer valer, junto das instâncias judiciais, as mesmas oportunidades que foram proporcionadas a outros docentes.*

*Verifica-se que o requerente solicitou a um número vasto de escolas o acesso a uma grande e repetida quantidade de informações respeitantes ao percurso escolar de docentes que acederam à profissionalização, em regra motivados pelo intuito de recorrer a meios judiciais para garantir o exercício de direitos na carreira de professor.*

*No entanto, tendo em conta o número de pedidos (e conhecemos apenas aqueles relativamente aos quais a CADA foi chamada a pronunciar-se), e que as entidades requeridas têm satisfeito as pretensões do requerente, facultando o acesso à informação, parece podermos concluir que este tem já na sua posse elementos suficientes para confrontar a sua posição com a de outros docentes perante as instâncias judiciais; o requerente dispõe de informação que lhe permite a eventual tutela da sua situação jurídica face ao que entende ser uma atuação discriminatória por parte da Administração.*

*9. A extensão do pedido em concreto, a circunstância de a Administração, na sequência dos pedidos anteriores, ter já facultado inúmera informação ao requerente, parece indicar que a insistência em obter documentos implica que se possa considerar o pedido repetitivo e sistemático tendo-se, ainda, em atenção o elevado número de documentos que já foram facultados ao requerente (artigo 14.º, n.º 3).*

*Daí que se possa considerar o presente pedido de acesso como abusivo.*

*Acresce que o fim alegado pelo requerente nos parece poder ser atingido pelos documentos que já lhe foram facultados, cabendo-lhe alegar e demonstrar a necessidade de outros para a tutela dos seus interesses em processo judicial.*

O direito de acesso aos documentos administrativos implica para os estabelecimentos de ensino procedimentos ou consequências que parecem exceder o limite do aceitável, à luz de um sã e avisado critério ético-jurídico do que é o direito de acesso.

Neste contexto, é suscetível de operar o princípio do abuso de direito consagrado no artigo 334.º do CC “que - conforme o ensinamento de Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, in “Dir. das Obrigações”, Vol. I, Almedina, pág. 265 -, se consubstancia “... numa cláusula geral através da qual se procura estabelecer limites ao exercício das posições jurídicas que, embora formalmente permitido, se apresenta como disfuncional ao sistema jurídico, quando contraria manifestamente vectores fundamentais ao seu funcionamento.”

Como explicita o Prof. Antunes Varela, não se trata, no caso desta figura, da violação de um direito de outrem, ou da ofensa a uma norma tuteladora de um interesse alheio, mas do exercício anormal do direito próprio- Das Obrigações em Geral, Vol I, Almedina, pág. 563.

Por outro lado, não é necessária a consciência por parte do agente dessa anormalidade de exercício, bastando que ela, objectivamente, se verifique - *ibidem*, pág. 564

E uma vez verificada, correspondem-lhe, como facilmente se antolha, consequências sancionatórias diversificadas, que podem traduzir-se tanto na paralização do direito, como na redução do seu exercício a justos limites, como na obrigação de indemnizar por culpa “in contrahendo” - neste pendor, Ac. R.P. de 11-5-89, in Col., III, pág. 193.”<sup>10</sup>.

Parece, por isso, podermos estar perante um pedido abusivo, onde se encontram, eventualmente, ultrapassados os limites razoáveis ao exercício do direito de acesso (artigo 14.º, n.º 3), e excedidos os limites a que se refere o artigo 334.º do Código Civil.

Com efeito, o requerente não alega nem demonstra porque necessita desta informação se já lhe foi facultada a que consta dos processos anteriormente referidos.

Parece, igualmente, verificar-se uma situação de desproporcionalidade entre a vantagem auferida pelo titular e o sacrifício imposto pelo respetivo exercício à entidade requerida.

---

<sup>10</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, Processo 3064/04, de 23 de novembro de 2004., disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/8cbf4079db6b98ad80256f88005330d0?OpenDocument>.

*Face ao exposto, entende-se que a entidade requerida não está obrigada a satisfazer o pedido nos termos em que o mesmo se encontra formulado.*

*Poderá o requerente alegar e demonstrar que as informações requeridas, depois de concretamente identificados os documentos dos quais constem, são necessárias para tutelar a sua situação jurídica.*

*(...)”.*

### **III - Conclusão**

Face ao exposto, entende-se que deve a entidade administrativa convidar o requerente a identificar os concretos documentos a que pretende aceder, em prévia consulta, sob pena de qualificar o pedido como abusivo se o requerente os não identificar e, em consequência, indeferir o acesso requerido.

Comunique-se.

Lisboa, 18 de setembro de 2012

João Perry da Câmara (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - António José Pimpão (Presidente)